

Literatura comparada como forma: escrita e pensamento em Adorno¹

João Cezar de Castro Rocha
(UERJ)

Um Problema

¹ Devo um agradecimento especial a Thomaz Pereira de Amorim Neto, pela revisão e localização das citações: sem seu auxílio este ensaio não teria sido concluído. Este ensaio foi escrito sob os auspícios de uma “Bolsa de Pesquisa”, concedida pela Fundação Alexander von Humboldt, junto à Freie Universität, em Berlim. Agradeço também ao Professor Joachim Küpper pelo apoio institucional.

Em ensaio programático, David Palumbo-Liu recordou um caso curioso que pode servir de advertência aos estudos de literatura comparada. Após prestar os últimos exames de doutoramento, necessitando portanto “apenas” escrever a própria tese, uma estudante resolveu buscar inspiração no bucólico campus da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Decidiu subir ao famoso campanário da universidade, talvez com o propósito de descobrir novos ângulos para seu trabalho. O ascensorista, possivelmente impressionado pela desorientação da estudante, pensou em elevar seu ânimo, perguntando com simpatia: “ ‘De que exames você está saindo?’ Ela respondeu: ‘Literatura Comparada’. Após uma breve pausa, ele comentou: ‘Literatura Comparada, hein? Por que se incomodar? Todo mundo sabe que são diferentes’ ”. (PALUMBO-LIU, 1995, p. 48.)

O ascensorista talvez tivesse alguma razão, mas nem sempre foi assim. A leitura dos textos que constituem o que denominamos “arte poética” demonstra que o desenvolvimento do método comparativo não se incluía nas preocupações dos preceptistas clássicos. Afinal, uma vez que pensavam conhecer os procedimentos adequados, a atividade relevante não podia ser a comparação, porém, o julgamento do emprego apropriado de modelos prévios². Por isso, “os antigos nunca conceberam esta *relatividade* de toda literatura [pois] esta foi, antes de tudo, aos seus olhos, a expressão das idéias mais gerais, mais permanentes”. (TEXTE, 1994, p. 28) Em consequência, a noção de diferença nunca assumiu o papel de protagonis-

² Para uma apresentação deste modelo, remeto o leitor ao texto de José Luís Jobim “A leitura e a produção textual: uma visão histórica”. In: *A poética do fundamento*. Niterói: EDUFF, 1996, p. 13-27.

ta em seu teatro de representações. Por efeito de contraste, e para tornar meu argumento mais claro, recorro a seguinte definição do método comparativo: *Indiferença à diferença que, no entanto, é fundamental*³. O ato comparativo supõe o pleno reconhecimento da diferença, tornando a própria comparação possível. Porém, se a diferença atingir proporções que inviabilizem a busca de um denominador comum, então, não apenas a comparação torna-se improvável, mas a própria base comunicativa é ameaçada. Nesse caso, ocorreria um esgarçamento radical entre sistemas de referência, cujo resultado último conduz à surdez recíproca. Portanto, caminhar no fio da navalha entre o próprio e o alheio caracteriza o vigor e, ao mesmo tempo, o desafio da disciplina literatura comparada. Leo Spitzer definiu esse movimento com rara felicidade, e, embora buscasse definir o método filológico da romanística alemã, suas palavras estimulam a noção que proponho de “literatura comparada como forma”:

“Na comparação filológica, está encarnado um constante trazer do distante para perto e um constante levar do perto para longe. (...) O filólogo alemão, que analisa a cultura francesa, deve poder se apropriar desse francês *quase* ao ponto de as fronteiras nacionais desaparecerem. Ao mesmo tempo, o alemão que procura penetrar a cultura alemã deve poder manter uma distância quanto ao objeto estudado, *quase* como se fosse um estrangeiro – a última meta é muito mais difícil e rara.” (SPITZER, 1997, p. 23)

Essa complexa tarefa tornou-se ainda mais difícil na situação atual dos estudos literários, pois, na ausência de uma base teórica capaz de subsumir o particular a níveis mais gerais de abstração, a diferença, valorizada em si mesma, pode inviabilizar o próprio ato comparativo. O desafio epistemológico implicado pelos estudos culturais reside precisamente na valorização substancialista da diferença. Gayatri Spivak identificou o problema. Logo após propor que “identidade é uma palavra muito diferente de essência” (SPIVAK, 1993, p. 4), reconheceu com coragem: “tenho, desde então, reavaliado meu apelo por um uso estratégico do essencialismo. Numa cultura personalista, mesmo no seio dos humanistas, que em geral são especialistas no uso da palavra, é a idéia de estratégia que tem sido esquecida” (IDEM, p. 5). Portanto, como um primeiro passo, e desde um ponto de vista antes político do que acadêmico, determinadas minorias empregaram com (legítimo) proveito argumentos potenci-

³ Esta fórmula foi originalmente proposta por David Palumbo-Liu. “Termos da (in)diferença: cosmopolitismo, política cultural e o futuro dos estudos de literatura”. In: *Cadernos da Pós / UERJ*, 14, 1995, p. 46-62.

⁴ Preocupação recentemente expressa por Tania Franco Carvalhal: “En revanche, en cherchant parfois à écarter la littérature, à interroger sa place parmi les pratiques symboliques et culturelles et à minimiser sa fonction esthétique, les Études culturelles s'éloignent du comparatisme qui présuppose toujours que la littérature reste un des termes de la comparaison”. Carvalhal, Tania Franco: “Vingt-cinq ans de critique littéraire au Brésil”. *Europe. Littérature du Brésil*. Paris: 2005, 919-920, p. 121.

almente essencialistas. Contudo, a médio prazo, tal posição pode transformar o próprio trabalho teórico e analítico em simples apêndice de interesses institucionais. Como evitar esse constrangimento, preservando a importância do conceito de diferença⁴? Neste texto, proponho uma primeira resposta a essa pergunta através da forma do ensaio, tal como privilegiada por Theodor W. Adorno. Por isso, devo discutir a concepção adorniana do mundo contemporâneo, administrado pela razão instrumental. Busco, assim, relacionar a escolha do ensaio como forma e os estudos de literatura comparada. Tal escolha exige ainda uma análise do fragmento, como forma de expressão do pensamento adorniano. De imediato, no entanto, recordo a crítica de Adorno e Horkheimer à “civilização ocidental”, a fim de traçar um paralelo entre suas preocupações e os estudos de literatura comparada.

Alternativas

Publicado pela primeira vez em 1947, escrito em parceria com Max Horkheimer, durante sua permanência nos Estados Unidos, *Dialética do Esclarecimento* enseja uma leitura contrastiva com dois livros igualmente clássicos. Em 1946, Erich Auerbach publicou sua obra mais importante, *Mimesis – A representação da realidade na literatura ocidental*. Dois anos depois, Ernst Robert Curtius lançou *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Embora motivados por projetos diversos, os dois livros, rapidamente transformados em manuais universitários, procuravam enfrentar os problemas discutidos por Adorno e Horkheimer. A bem da verdade, problemas perfeitamente sintetizados em ensaio posterior de Adorno, “Educação após Auschwitz”⁵.

Não obstante a improbabilidade do êxito, Auerbach buscava resgatar uma forma de realismo capaz de reconciliar as palavras e as coisas. No entanto, o parágrafo final da obra revelava o incerto da tarefa: “Queira a minha pesquisa alcançar seus leitores; tanto os meus amigos de outrora como também todos os outros, aos quais se destina; e que contribua para reunir aqueles que conservaram *serenamente* o amor por nossa história ocidental” (AUERBACH, 1976, p. 502, destaques meus). O tom indeterminado da prosa e a evocação da “serenidade” expõem a dúvida do autor no tocante à viabilidade

⁵ Na formulação forte de Adorno: “Se falo da educação após Auschwitz, tenho em mente dois aspectos: primeiro, a educação infantil, sobretudo na primeira infância; depois, o esclarecimento geral, criando um clima espiritual, cultural e social que não dê margem a uma repetição; um clima, portanto, em que os motivos que levaram ao horror se tornem conscientes, na medida do possível”. Theodor W. Adorno. “Educação após Auschwitz”. *Theodor Adorno*. Organização de Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Ática, 1986, p. 35-36.

da empresa. É verdade que Auerbach sequer poderia conceber a veemência da crítica de Adorno e Horkheimer, mas o caráter particular de sua narrativa pode ser mais bem apreciado quando comparado com o tom assertivo do relato de Curtius.

Literatura Européia e Idade Média Latina foi contemporaneamente recebido como uma promessa. A reconstrução de temas e de procedimentos através dos séculos projetava uma inesperada ponte, como se a erudição alemã pudesse negligenciar a experiência nazista. A presença de tropos metahistóricos, localizados no passado distante, autorizava a fé no futuro próximo. Nas palavras diretas do autor:

“Meu livro não é o resultado de objetivos meramente científicos, mas da preocupação relativa à preservação da cultura ocidental. Ele busca elucidar, com métodos novos, o conjunto dessa tradição, no espaço e no tempo. Faz-necessário (e tornou-se possível) demonstrar esse conjunto *dentro do caos intelectual do presente*.” (CURTIUS, 1996, p. 27, destaques meus.)

Durante os anos do período nazista, Curtius concentrou-se nos estudos medievais, desenvolvendo uma inteligente estratégia. De um lado, pessoal: o tópico possibilitava afastar-se dos estudos apologeticamente desenvolvidos pelos acadêmicos favoráveis ao regime. De outro lado, intelectual: a ampliação histórica permitia construir uma unidade mais poderosa do que a divergência representada pelos dois conflitos mundiais⁶. Para além de circunstâncias particulares, destaca-se um problema comum e, ao menos, duas abordagens distintas. O problema refere-se à possibilidade de pensar o sentido da cultura ocidental, especialmente após a experiência do nazismo. As respostas de Auerbach e Curtius supõem uma narrativa capaz de conjurar a incerteza do futuro pela análise do passado, valorizando a continuidade em lugar da ruptura⁷. Vale, porém, sublinhar a diferença da análise de Auerbach. Recorde-se, por exemplo, a incerteza que atravessa o *Mimesis*; aspecto aliás que não é suficientemente reconhecido. Ora, capítulo a capítulo do livro, o realismo, por assim dizer, nunca se realiza plenamente. O realismo, portanto, não é uma premissa *a priori*, mas uma promessa – que nunca se cumpre, vale repetir. O livro poderia ter um novo subtítulo: *Mimesis – A (in)completude na representação da realidade na*

⁶ Em relação à opção de Curtius, ver Michael Kowal, “Introduction”. *Essays on European Literature*. Ernst Robert Curtius, especialmente p. xvi-vii.

⁷ Para um exame inovador desse momento histórico, recomendo os estudos biográficos de Hans Ulrich Gumbrecht, *Vom Leben und Sterben der großen Romanisten. Carl Vossler, Ernst Robert Curtius, Leo Spitzer, Erich Auerbach*. Werner Krauss. Munich: Carl Hanser Verlag, 2002.

* No momento, preparo um longo ensaio dedicado somente a esta hipótese de leitura da obra de Erich Auerbach.

*literatura ocidental*⁸. Em relação a meu argumento, poder-se-ia situar a certeza de Curtius no extremo oposto à crítica de Adorno e Horkheimer; a posição intermediária sendo ocupada pela “serenidade” de Auerbach. Em palavras que, por efeito de contraste, conduzirão à acidez da *Dialética do Esclarecimento*, Curtius explicitou o impulso totalizante de sua abordagem:

“Graças às fotografias aéreas, a arqueologia atual tem feito descobertas surpreendentes. (...) Uma analogia incontestável com esse método é a técnica que aplico neste livro com relação à pesquisa literária. Ao empreender a tentativa de captar numa visão dois séculos ou dois séculos e meio da literatura ocidental, fazem-se descobertas que seriam impossíveis a partir da agulha de um campanário.” (CURTIUS, 1996, p. 28)

Ainda que fosse o campanário de Berkeley, bem entendido. A referência à fotografia aérea importa como uma metáfora de inesperado alcance. Talvez nenhum invento tenha expresso com força comparável à imagem-síntese do avião os dilemas enfrentados por Adorno e Horkheimer. A princípio, visto como promessa de uma conciliação (literalmente) acima de divergências particulares, o emprego sistemático da aviação desde a Primeira Guerra Mundial decretou o colapso dessa concepção ingênua, em que avanço tecnológico necessariamente significa “progresso”⁹. Adorno e Horkheimer opõem-se radicalmente a essa visão. Para o interesse deste ensaio, destaco as implicações da divergência na expressão de seu pensamento. Valorizo, pois, a seguinte associação, que conduz à forma da escrita da *Dialética do Esclarecimento* (exemplarmente distinta da ambição de Curtius):

“Embora tivéssemos observado há muitos anos que, na atividade científica moderna, o preço das grandes invenções é a ruína progressiva da cultura teórica, acreditávamos de qualquer modo que podíamos nos dedicar a ela na medida em que fosse possível limitar nosso desempenho à crítica ou ao desenvolvimento de temáticas especializadas. (...) *Os fragmentos que aqui reunimos* mostram, contudo, que tivemos de abandonar aquela confiança.” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 11, destaques meus.)

⁹ Santos Dumont, nesse contexto, desabafou: “(...) meu coração (...), há já quatro anos, sofre com as notícias da mortandade terrível causada, na Europa, pela aeronáutica. Nós, os fundadores da locomoção aérea no fim do século passado, tínhamos sonhado um futuroso caminho de glória pacífica para esta filha dos nossos devaneios. (...) prevíamos que os aeronautas poderiam, talvez, servir de esclarecedores para os Estados Maiores dos Exércitos, nunca, porém, nos veio à idéia que eles pudessem desempenhar funções destruidoras nos combates. Santos Dumont”. *O que eu vi. O que nós veremos*. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado da Guanabara, 1973. P. 16.

Dialética do Esclarecimento

Em alguma medida, o projeto de Adorno e Horkheimer permaneceu próximo ao ânimo que motivou Auerbach e Curtius. No caso, a pesquisa de uma base (ou sua ausência) para refletir sobre a cultura ocidental após a experiência das duas guerras mundiais. A bem da verdade, motivo que animou inúmeras produções na época. No entanto, as divergências entre os resultados não poderiam ser maiores.

Por exemplo, em 1947, ao receber o prêmio Goethe, Karl Jaspers tocou o dedo na ferida. No discurso de agradecimento, “questionou, com delicadeza, a validade da harmônica visão de mundo goetheana (...) como um guia para a Alemanha na época da reconstrução” (Apud KOWAL, 1973, p. xx). A resposta de Curtius foi imediata. Numa série de três artigos – “Goethe como crítico” (1948); “Aspectos fundamentais do mundo de Goethe” (1949); “Goethe como administrador” (1951) –, o romanista procurou demonstrar sua pertinência para o cenário contemporâneo. Vale a pena destacar uma passagem, extraída do segundo ensaio: “O olhar de Goethe apreende a totalidade da natureza e do espírito; e quando traduz sua visão em palavras, consegue transmitir um brilho especial para o objeto. Ao ser refletido no espírito de Goethe, o mundo participa de um ato de transfiguração. O mundo é purificado e elevado” (CURTIUS, 1973, p. 73-74). Ao que tudo indica, Curtius nunca deixou de confiar na força alquímica do olhar goetheano, que, apesar do horror nazista, deveria realizar a improvável metamorfose do desencanto em esperança, a fim de preservar o ideal da *Weltliteratur*.

Aliás, em seu característico estilo, Auerbach reagiu à polêmica quando o debate não estava mais no calor da hora, embora permanecesse na ordem do dia. No ensaio “Philologie der Weltliteratur”, reconheceu que a concepção goetheana não resistiu à própria difusão, na qual o caráter eurocêntrico do conceito (e não apenas europeu) necessariamente teria vindo à luz pelo previsível efeito de contraste com outras tradições. Nesse contexto, deve-se sublinhar a sutileza do título do ensaio. Na tradução de Marie e Edward Said, lê-se “Philology und Weltliteratur”. Trata-se de equívoco sintomático: a tradução deveria ser “Filologia da Weltliteratur”. Afinal, segundo

Auerbach, a tarefa do filólogo consiste em encontrar a síntese do conceito de “homem”, mas a partir de sua multiplicidade, historicamente determinada. O filólogo recorre aos vestígios da presença deste “homem do mundo”, tal como foi registrado nas obras de “homens em seus mundos”. Portanto, e principiando na superfície dos textos, o filólogo reconstrói o elo perdido entre a particularidade da posição de “homens em seu mundos” e a promessa da unidade sintética da “Humanidade”. Em outras palavras, o filólogo situa-se a meio caminho entre o que *já não é mais* e o que *não é ainda*, recordando o movimento do próprio e do alheio, tal como definido por Leo Spitzer.

O título do ensaio, portanto, revela a refinada compreensão de Auerbach, tanto da potência do conceito quanto de sua impossibilidade no mundo do pós-guerra. A rigor, o trabalho do filólogo principia no momento em que o fenômeno estudado deixou de ser “naturalmente” contemporâneo, constituindo terra estrangeira, embora se localize no âmbito do presente. Daí, em si mesmo, o simples título contém o ensaio todo, denunciando que a *Weltliteratur* já se tornou o passado da cultura. No capítulo final de *Mimesis*, aliás, Auerbach intuiu um processo, cuja formulação definitiva se encontra no ensaio: os efeitos culturais da padronização em escala planetária – a imagem de um cotidiano danificado, para recordar a expressão de Adorno. Nas palavras de Auerbach, mesmo os eventuais leitores de *Mimesis*, “são em número reduzido, e provavelmente não viverão para ver senão os primeiros indícios da uniformização da simplificação que se anuncia” (AUERBACH, 1976, p. 498). Como se fosse o Brás Cubas dos estudos literários, Auerbach talvez não esperasse mais do que cinco leitores capazes de acompanhar as sutilezas filológicas de suas análises. Tal processo de padronização inviabiliza o caráter prospectivo do conceito goetheano, pois, em lugar de privilegiar a multiplicidade como ponto de partida para o estabelecimento de valores universais, exige uma noção diluída de universalidade. Nesse cenário, diferença alguma parece possível, mesmo a diferença mais banal, já que os opostos são igualados como mercadorias em potencial. Por fim, Auerbach explicitou o verdadeiro limite do conceito goetheano: sua adesão irrefletida aos valores da cultura ocidental. *Weltliteratur*, portanto, talvez merecesse uma tradução distinta. Em lugar de “*literatura do mundo*”, parece sugerir “*literatura do mundo europeu*”. Circunstância que ilumina a agudeza da observação: num mundo globalizado, “a noção de *Weltliteratur*

realizar-se-ia e, ao mesmo tempo, seria destruída” (AUERBACH, 1969, p. 3).

Por sua vez, Adorno e Horkheimer afastaram-se de qualquer ilusão no tocante a um (desejável) rejuvenescimento de princípios goetheanos! “O que está em questão não é a cultura como valor, como pensam os críticos da civilização Huxley, Jaspers, Ortega y Gasset e outros” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 15). Pelo contrário, a tarefa empreendida em *Dialética do Esclarecimento* representava o primeiro passo de “um trabalho futuro. A maioria deles refere-se a uma antropologia dialética” (IDEM, p. 17). É importante associar essa antropologia à forma do ensaio, o que supõe a crítica de um conceito fundamental – tema da próxima seção.

O Trabalho do Conceito

No capítulo de abertura do livro, “O conceito de Esclarecimento”, uma categoria central emerge: a do próprio conceito. Em princípio, o trabalho do conceito realiza uma necessária operação de traduzibilidade. A característica apresentada como definidora da sociedade burguesa – “Ela torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstratas” (IDEM, p. 23) – define a operação implicada na atividade conceitual. Tal atividade aproxima o distante, mediante uma forma especial de presentificação. O conceito permite que operações concretas tenham como base princípios abstratos. Recorde-se o escopo antropológico da análise, que associa tarefas tão distantes quanto a troca de produtos por determinada convenção monetária e o trabalho do filósofo em busca de representações unitárias de fenômenos múltiplos. Em ambos os casos, cria-se uma espécie de língua franca, através da qual o diálogo refere o que de outro modo permaneceria inapreensível. A seguinte passagem é testemunha da dimensão histórica do processo: “As cosmologias pré-socráticas fixam o instante da transição. O úmido, o indiviso, o ar, o fogo, aí citados como matéria primordial da natureza, são apenas sedimentos racionalizados da intuição mítica” (IDEM, p. 21).

Portanto, na redução de hipóteses diversas a elementos específicos, ou, de modo mais preciso, a um único elemento propulsor, a operação definidora do conceito já se encontrava em ação. Ora, trata-se de operação indispensável. Max Weber defendeu o mesmo

raciocínio: “O entusiasmo apaixonado de Platão em *A República* deve, em última análise, ser explicado pelo fato de que pela primeira vez o *conceito*, um dos grandes instrumentos de todo o conhecimento científico, foi conscientemente descoberto” (WEBER, 1979, p. 167). Uma leitura apressada, logo, insuficiente, surpreenderia na *Dialética do Esclarecimento* um processo contra o conceito – embora, por vezes, a veemência das colocações autorize tal leitura. A traduzibilidade permitida pelo conceito não significa um afastamento unilateral da concretude a que ele se refere. Pelo contrário, a concretude do objeto referido permaneceria inacessível sem a moldura conceitual. Ou seja, uma crítica simples do trabalho do conceito repousa numa concepção essencialista, como se a materialidade de um objeto se manifestasse imediatamente. Heurísticamente compreendido, o conceito fornece mediações, sem as quais os sentidos permaneceriam “emparedados” por informações em estado bruto. A crítica de Adorno e Horkheimer nada tem a ver com um excesso de conceituação, por assim dizer. Trata-se do oposto: a insuficiência conceitual condenou o Esclarecimento a cumprir precisamente o avesso do que os *philosophes* preconizavam. Vale dizer, “o Esclarecimento tem que tomar consciência de si mesmo, se os homens não devem ser completamente traídos” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 15). Os impasses relacionados ao trabalho do conceito apenas podem ser superados por um trabalho conceitual ainda mais complexo: somente o exame do conceito pode superar o impasse engendrado pelo emprego irrefletido da operação conceitual. Embora trate do ponto nas próximas seções, desde já assinalo que a força da dialética negativa adorniana reside nessa proposição, metonimicamente expressa no fragmento e no ensaio como forma. Destaque-se ainda o impasse que emerge do emprego irrefletido da operação conceitual:

“No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.” (IDEM, p. 19)

Compreender o fundo teórico dessa “calamidade” é fundamen-

tal para minha proposta da “literatura comparada como forma”. O trabalho do conceito demanda um duplo movimento. Em primeiro lugar, o afastamento em relação ao particular; afastamento esse que permite reunir um número crescente de objetos definidos *antes pela similaridade do que por suas particularidades*. No entanto, o segundo movimento enseja um retorno refletido ao particular, cuja especificidade será então mais bem percebida na exata proporção em que, no momento prévio, o conceito destacara semelhanças e não diferenças. O conceito ilumina o elemento particular contra o pano de fundo fornecido por sua própria determinação. O trabalho do conceito depende desse duplo movimento, que se encontra na base da dialética negativa e da teoria estética adorniana. O interesse desse movimento para o futuro da literatura comparada pode ser esclarecido mediante a associação com o “duplo quase” do ofício do filólogo, segundo Leo Spitzer, e com a tensão de uma calculada “indiferença à diferença”, na proposta de Palumbo-Liu.

Esclareço minha hipótese, destacando uma perspectiva divergente: “Adorno e Horkheimer vêem a origem desses problemas [os impasses do Esclarecimento] no homem que percebe e molda sua relação com o ambiente – o que inclui a natureza e os demais homens –, a partir da razão instrumentalista” (REIJEN, 1992, p. 34). Nessa análise, perde-se precisamente o que mais interessava a Adorno e Horkheimer: o estudo preciso da operação implicada pela dialética do Esclarecimento, em lugar de um entendimento subjetivo, muito mais próximo da interpretação de Curtius. Não se trata de negar romanticamente a funcionalidade operacional da atitude instrumentalista, mas de forçá-la a uma decidida autoconsciência de seus efeitos: o desastre a que o primeiro parágrafo do livro se refere e que conheceu uma formulação lapidar no ensaio “Educação após Auschwitz”: “A educação só teria pleno sentido como educação para a auto-reflexão crítica” (ADORNO, 1986a, p. 35).

A “*calamidade*” é o resultado da negligência no retorno ao particular. A dialética do Esclarecimento, portanto, pode ser assim definida: uma operação conceitual de mão única, em que a abstração primeira é seguida de novas abstrações, em lugar de ser “corrigida” mediante progressivas reaproximações ao particular. Duas opções são aqui possíveis. De um lado, após a abstração inicial, retorna-se à concretude dos objetos, o que revigora o conceito pela necessidade de afiar sua determinação no choque com elementos particulares.

De outro lado, o sujeito limita-se ao conceito, procurando uma abstração ainda mais homogeneizadora. Em consequência, o sujeito perde contato com a concretude dos objetos e, no final do processo, transforma-se em objeto da operação por ele acionada. Na ausência da concretude do objeto, o padrão de medida é o próprio conceito, que assume assim o papel de sujeito. Exatamente como acontece na literatura de Franz Kafka, em que o pesadelo da razão instrumental já se encontrava problematizado. Em *O Processo*, a rotina do tribunal não é um meio, mas um fim – o fim da justiça, não se esqueça. Na literatura brasileira, Machado de Assis subverteu o dilema na figura do Dr. Simão Bacamarte, o alienista que, obcecado por suas teorias, terminou por alienar-se completamente do tema a que deveria dedicar-se. Nesse particular, a ficção de Machado deu o autêntico pulo do gato, pois, ao tornar-se objeto de suas próprias (e infrutíferas) investigações, o Dr. Bacamarte desempenha o papel de involuntária metonímia do processo de objetificação do sujeito. Nessa circunstância, a única lógica possível refere-se à autopreservação tautológica dos próprios procedimentos. No diagnóstico de Adorno e Horkheimer: “Hoje, quando a utopia baconiana de ‘imperar na prática sobre a natureza’ se realizou numa escala telúrica, tornou-se manifesta a essência da coação que ele atribuía à natureza não dominada. *Era a própria dominação*” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 52, destaques meus).

Por fim, vale observar que a razão instrumental possui uma forma própria de expressão. No caso, narrativas totalizantes em que o mesmo se auto-afirma na progressão contínua de princípios, cuja finalidade é a reduplicação. Eis o aspecto que desejava destacar na *Dialética do Esclarecimento*. Ora, até mesmo por efeito de contraste, a dialética negativa e a teoria estética adorniana devem ser relacionadas a uma outra forma de expressão, com base no projeto da antropologia dialética. Hora, portanto, de apresentar o fragmento e o ensaio como formas de pensamento¹⁰.

¹⁰ Esclareço que não pretendo discutir o “ensaio” em si, mas sua forma no pensamento adorniano. Por isso, sinto-me dispensado de discutir a longa genealogia do gênero e, sobretudo, suas inúmeras retomadas nas últimas décadas.

As Palavras e as Coisas

Mais uma vez, vale o truísmo: limito minha leitura da *Dialética negativa* ao interesse deste texto. Aliás, como agir de outro modo ante uma obra dessa complexidade? Restrinjo-me ao problema do

trabalho do conceito e da forma de escrita adequada a sua expressão. Adorno assinalou o ponto cuidadosamente: “Contradição não é o que o idealismo absoluto de Hegel estava destinado a transfigurar: não se trata de essência, num sentido heraclítico. Contradição indica o caráter inverídico da identidade – *o fato que o conceito não esgota a coisa concebida*” (ADORNO, 1983, p. 5, destaques meus).

Nesse fato, contudo, reside a potência que assegura ao conceito a vitalidade almejada tanto pela dialética negativa quanto pela teoria estética adorniana. Ora, se o conceito não exaure o concreto, então, deve-se apurar sua determinação no contraste com o objeto referido. As palavras não esgotam as coisas, mas, ao mesmo tempo, estas não predeterminam aquelas – e a resposta ao dilema não se encontra num anódino meio-termo, porém no atrito constante entre os dois pólos. Tal concepção fecunda a leitura do seguinte fragmento de *Minima Moralia*: “Goethe, com a sua clarividência da impossibilidade de todas as relações humanas que ameaçava a incipiente sociedade industrializada, tentou, nas novelas dos anos de viagem, apresentar o tato como a informação salvadora entre os homens alienados” (ADORNO, 2001, p. 30).

O contato físico, reduzido à caricatura do tato, antecipa o processo da dialética do Esclarecimento, que também transforma o retorno ao particular numa simples formalidade paradoxalmente abstrata. Por isso, a dialética hegeliana representaria a prova maior da insuficiência desse processo. Ou seja, a dialética não deveria fornecer um ponto de vista fixo, com base numa tríade sempre disposta a fornecer sínteses. Tal maquinização da dialética repousa na determinação de sentido prévia ao ato cognitivo; portanto, num futuro próximo todas as contradições estariam resolvidas e a própria dialética poderia ser honradamente aposentada! A resposta adorniana consiste em tornar a dialética um princípio de indeterminação constante. Em primeiro lugar, como vimos, mediante uma progressiva abstração, o conceito cria um pano de fundo homogêneo. Porém, por efeito de contraste, os objetos particulares se destacam com nitidez renovada. O conceito, assim, deve apurar suas determinações, e, por sua vez, os objetos conhecem um novo grau de particularização. Daí, através da presença de fragmentos e da valorização do ensaio como forma, a escrita de Adorno pretende responder ao desafio do trabalho conceito. Por fim, essa escolha informa a teoria estética, já que um objeto artístico, precisamente por sua irredutível particulari-

dade, produz uma forma questionadora da tendência abstratizante do conceito (e da teoria). Tal opção conduz ao privilégio da parataxe como forma expressiva e como método analítico: “o dispositivo paratático é desse modo reconhecimento do caráter temporal do conteúdo da verdade (...)” (JIMENEZ, 1983, p. 226). Esse caráter temporal atravessa a dialética negativa; afinal, se nenhuma interpretação esgota o sentido da obra de Hölderlin – o modelo paratático por excelência, na concepção de Adorno –, então, será preciso retornar inúmeras vezes à obra poética. No entanto, em virtude da leitura anterior, cada retorno será qualitativamente diverso. Em lugar de uma síntese, a dialética negativa produz uma nova contradição, cuja complexidade exigirá ainda uma nova antítese. Tal mobilidade produz uma indeterminação conceitual que vale assinalar:

“O momento unificador sobrevive à negação da negação, mas também sem se entregar à abstração como princípio supremo. Ele sobrevive porque não há uma progressão gradual em direção a um conceito geral. A constelação ilumina o aspecto específico do objeto; aspecto que para o procedimento classificador é tanto indiferente quanto um fardo.” (ADORNO, 1963, p. 162.)

Essa passagem é importante para minha perspectiva. Hora, portanto, de relacioná-la com a forma de escrita privilegiada por Adorno, associando o conceito de constelação tanto à presença de fragmentos na obra adorniana, quanto à valorização do ensaio como forma.

A forma e a expressão

Principio pelo cotejo de duas citações. Recorde-se o texto com o qual Adorno encerra a *Dialética negativa*: “A transposição de Hegel do particular em particularidade segue a prática de uma sociedade que apenas tolera o particular enquanto uma categoria, uma forma da superioridade do universal” (IDEM, p. 334). Vislumbra-se aqui a possibilidade de um gênero:

“A corporação acadêmica só tolera como filosofia aquilo que se reveste com a dignidade do universal, do permanente (...) Só se

preocupa com alguma formação espiritual específica que nela possa exemplificar categorias universais ou, ao menos, como o particular se torna transparente nelas.” (ADORNO, 1986b, p. 115)

A dialética adorniana não demanda um sistema filosófico encerrado em suas próprias conclusões. Pelo contrário, deve propiciar a emergência de constelações, ou seja, de reaproximações refletidas ao particular. Desse modo, emergem novos problemas, cujas perguntas de fato ainda não conhecem respostas. Em lugar da fixidez sistêmica – ou, poderia dizer, do esquecimento da incapacidade do conceito exaurir a coisa concebida –, promove-se o que Adorno denominou “o consistente sentido de modernidade” (ADORNO, 1983, p. 5). Tal distinção favorece uma forma de escrita que mantenha a agilidade de um pensamento em transformação permanente. Daí, a valorização adorniana da forma do ensaio e, num aprofundamento dessa opção, o caráter fragmentário que suas obras progressivamente assumem¹¹. Tal opção almeja contaminar o campo da reflexão filosófica com a vitalidade atribuída às obras-de-arte. O ensaio como forma promete o mesmo vigor; afinal, “seus conceitos não se constroem a partir de algo primeiro nem se fecham em algo último. Suas interpretações não são algo filologicamente rígido e fundado (...)” (ADORNO, 1986b, p. 168). Já me referi, ainda que muito brevemente, à interpretação adorniana da poesia de Hölderlin, cuja poética estimulou seu pensamento. A análise da obra de Beckett fornece outro estímulo. Após identificar a atmosfera existencialista de seus textos, Adorno estabeleceu uma distinção fundamental. No caso, enquanto em Sartre a forma “é de algum modo tradicional, e nunca ousada (...), em Beckett a forma domina a expressão e a transforma” (ADORNO, 1991a, p. 241). A forma não está subordinada a uma razão prévia ao trabalho da linguagem. Pelo contrário, ela também é material expressivo. Por isso, se as palavras repentinamente tornam-se “o inglês básico, ou francês ou alemão de palavras individuais” (IDEM, p. 264), essa forma desintegrada de expressão termina por expressar criticamente a desintegração das relações intersubjetivas num mundo administrado. Ao subtrair da forma seu caráter de evidência¹², essa forma renovada força a linguagem à autoconsciência que Adorno exigira do conceito de Esclarecimento. Em seu aparente jogo de absurdos, Beckett denuncia a irracionalidade da razão instrumental, pois, como vimos, em lugar de ser um meio

¹¹ Não ignoro que a *Teoria Estética* tenha sido publicada postumamente. No entanto, tal fato não explica o caráter fragmentário da obra. Afinal, já podemos encontrá-lo na *Dialética do Esclarecimento* e em *Minima Moralia*. Pelo contrário, é necessário compreender a opção de Adorno como busca da expressão adequada a seu pensamento.

¹² Penso na caracterização das vanguardas: “uma arte liberta de seu caráter de evidência”. Theodor W. Adorno. *Théorie esthétique*. Paris, Klincksieck, 1989, p. 44.

para a interação, o processo transforma sujeitos em objetos. Nesse sentido, após mencionar que a obra de Beckett traz à luz “(...) o negativo do mundo administrado”, Adorno concluiu, “nessa medida, Beckett é realista”. Ou seja, sua literatura obriga a linguagem a dobrar-se sobre o vazio de sentido, num ácido comentário sobre a opacidade de um mundo administrado. Se a poesia de Hölderlin esclareceu a impossibilidade de esgotar o sentido de uma obra, o texto de Beckett produz o efeito que seria criado pela auto-reflexão crítica, defendida por Adorno em “Educação após Auschwitz”. No caso, trata-se de enfrentar o sombrio diagnóstico: “Depois da Segunda Guerra Mundial, tudo, incluindo uma cultura revivida, foi destruído sem que se percebesse: a humanidade continua vegetando, rastejando após eventos, cujos próprios sobreviventes não podem realmente sobreviver (...)” (ADORNO, 1991a, p. 244).

No entanto, não basta reconhecer o estado de crise, é necessário desenvolver uma reflexão crítica sobre o próprio fenômeno; caso contrário, o simples reconhecimento transforma-se em mais uma instância da mesma crise. Como o método paratático na análise de Hölderlin e o destaque da desintegração da linguagem em Beckett, a opção pelo ensaio como forma e a presença crescente de textos fragmentários pretendiam operar o efeito indispensável de uma forma na qual o conceito é estruturalmente forçado a conviver com seus limites. Numa observação crítica que recorda a celebrada intuição de Jorge Luis Borges, em “Kafka y sus precursores”, Adorno estabeleceu uma inovadora relação:

“É apenas em relação ao ideal que sua poesia se relaciona com a teologia, ela não a sugere. A distância diante dela é o que é eminentemente moderno em Hölderlin. O Hölderlin idealista inicia aquele processo que desemboca nas frases vazias do protocolo de Beckett. Isto nos permite hoje em dia compreender Hölderlin em escalas incomparavelmente mais amplas que outrora.” (ADORNO, 1991b, p. 108)

Portanto, Beckett e seus precursores, por assim dizer. Tal associação permite apresentar o círculo final de minha hipótese, ou seja, o conceito de *literatura comparada como forma* precisa incorporar a tensão estrutural da dialética negativa adorniana. Com base no duplo movimento do concreto ao conceito e deste àquele, num primeiro momento, devemos incorporar criticamente a noção de *in-*

diferença à diferença. Posteriormente, devemos assinalar os diferentes modos históricos de manifestação e de recepção do *fenômeno literário*. Parte-se, pois, de uma afinidade fundamental com os estudos culturais: o projeto de *literatura comparada como forma* também rejeita a definição do literário *a priori*. Contudo, e nesse aspecto o projeto que proponho afirma sua especificidade, não se abandona a pesquisa do literário *a posteriori*. Reafirmemos o acordo: a ausência de elementos essenciais que autorizem o eterno retorno da literariedade. E explicitemos a divergência: na produção e recepção de discursos, observamos uma constelação de traços comuns que, até mesmo pelo efeito de contraste com outras funções discursivas, podem ser caracterizados como literários *a posteriori*. Se é verdade que, nas Humanidades, as teorias representam “em primeiro lugar e acima de tudo instrumentos intelectuais”, cujo objetivo “é a produção de mapas” cognitivos, compondo um caso especial de “*bricolage*” (ISER, 2006, p. 5), então, esboçar uma rigorosa cartografia histórica dos discursos talvez seja a tarefa futura da *literatura comparada como forma*.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. ; Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W.: *Negative Dialectics*. New York, Continuum, 1983.

_____. “Educação após Auschwitz”. In. COHN, Gabriel (org.). *Theodor Adorno*. Rio de Janeiro: Ática, 1986a.

_____. “O ensaio como forma”. In. COHN, Gabriel (org.). *Theodor Adorno*. Rio de Janeiro: Ática, 1986b.

_____. *Théorie esthétique*. Paris: Klincksieck, 1989.

_____. “Trying to Understand *Endgame*”. In: *Notes to Literature. Volume 1*. New York: Columbia University Press, 1991a.

_____. “Parataxis”. In: *Notas de Literatura. Revista Tempo Brasileiro*, 36.

Tradução de Celeste Aída Galeão e Idalina Azevedo da Silva. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1991b.

_____. *Minima Moralia*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2001.

AUERBACH, Erich. "Philology and *Weltliteratur*". In: *Centennial Review*, 13/1 – 1969.

_____. *Mimesis – A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CARVALHAL, Tania Franco: "Vingt-cinq ans de critique littéraire au Brésil". In: *Europe. Littérature du Brésil*, 919-920, 2005.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. *Essays on European Literature*. New Jersey: Princeton University Press, 1973.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Vom Leben und Sterben der großen Romanisten. Carl Vossler, Ernst Robert Curtius, Leo Spitzer, Erich Auerbach, Werner Krauss*. Munich: Carl Hanser Verlag, 2002.

ISER, Wolfgang. *How to do Theory*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

JIMENEZ, Marc. *Vers une esthétique négative. Adorno et la modernité*. Paris: Le Sycomore, 1983.

JOBIM, José Luís. "A leitura e a produção textual: uma visão histórica". In: *A poética do fundamento*. Niterói: EDUFF, 1996.

KOWAL, Michael. "Introduction". In: *Essays on European Literature*. New Jersey: Princeton University Press, 1973.

PALUMBO-LIU, David. "Termos da (in)diferença: cosmopolitismo, política cultural e o futuro dos estudos de literatura". In: *Cadernos da Pós/Letras*, 15, Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

REIJEN, Willem van. *Adorno: An Introduction*. Philadelphia, Pennbridge Books, 1992.

SANTOS DUMONT, Alberto. *O que eu vi. O que nós veremos*. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado da Guanabara, 1973.

SPITZER, Leo. "O próprio e o alheio. Sobre filologia e nacionalismo". Tradução de Luiz Costa Lima, com a colaboração de Johannes Krestschmer. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Da nacionalidade à questão da verdade. Cadernos da Pós/Letras*, 1997, 18, Rio de Janeiro: UERJ.

SPIVAK, Gayatri C. "In a word: Interview". In: *Outside in the Teaching Machine*. New York: Routledge 1993.

TEXTE, Joseph. "Os estudos de literatura comparada no estrangeiro e na França". In: *Literatura Comparada. Textos Fundadores*. Eduardo Coutinho & Tânia Franco Carvalho (orgs.). Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

WEBER, Max. "Ciência como vocação". *Ensaio de sociologia*. Organização e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1979.